

Apreciação crítico-pedagógica da obra “Assentamento”, de Rosana Paulino: o corpo da mulher negra em perspectiva

Pedagogical-Critical Appreciation of the Work “Assentamento” by Rosana Paulino: The Black Woman's Body in Perspective

Appréciation critique-pédagogique de l'œuvre “Assentamento” de Rosana Paulino : Le corps de la femme noire en perspective

Camila Cunha

Universidade de Brasília

E-mail: camilaassuntos@gmail.com

RCID: <https://orcid.org/0009-0000-4064-2276>

Márcia Almeida

Universidade de Brasília

E-mail: mars.almeida@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7791-786X>

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar criticamente a série “Assentamento” de Rosana Paulino, sob a perspectiva do corpo da mulher negra. Utiliza-se uma metodologia qualitativa que envolve a análise crítica detalhada da obra, com foco na desconstrução de representações históricas de violência contra corpos negros. O estudo investiga como “Assentamento” subverte esses relatos, promovendo discussões sobre racismo, identidade e temporalidade. Além disso, relaciona a obra a debates contemporâneos como os estudos decoloniais e a teoria crítica da raça. Conclui-se que essa abordagem pedagógica crítica

capacita os estudantes para uma fruição crítica e transformadora das artes visuais, enriquecendo o currículo educacional ao integrar arte, poder e resistência.

Palavras-chave: *anacronismo; corpo e sociedade; pedagogia estética; crítica da arte; Rosana Paulino.*

ABSTRACT

The paper aims to critically analyze Rosana Paulino's series "Assentamento" from the perspective of the Black female body. A qualitative methodology is employed, involving a detailed critical analysis of the work, with a focus on deconstructing historical representations of violence against Black bodies. The study explores how "Assentamento" subverts these narratives, fostering discussions on racism, identity, and temporality. Additionally, it relates the artwork to contemporary debates, such as decolonial studies and critical race theory. The paper concludes that this critical pedagogical approach empowers students for a transformative and critical engagement with visual arts, enriching the educational curriculum by integrating art, power, and resistance.

Keywords: *anachronism; body and society; aesthetic pedagogy; art criticism; Rosana Paulino.*

RÉSUMÉ

L'article vise à analyser de manière critique la série "Assentamento" de Rosana Paulino, du point de vue du corps de la femme noire. Une méthodologie qualitative est adoptée, impliquant une analyse critique détaillée de l'œuvre, avec un accent sur la déconstruction des représentations historiques de la violence contre les corps noirs. L'étude examine comment "Assentamento" subvertit ces récits, en favorisant des discussions sur le racisme, l'identité et la temporalité. De plus, l'œuvre est mise en relation avec des débats contemporains tels que les études décoloniales et la théorie critique de la race. Il est conclu que cette approche pédagogique critique permet aux étudiants de développer une appréciation critique et transformatrice des arts visuels, enrichissant le programme éducatif en intégrant l'art, le pouvoir et la résistance.

Mots-clés: *anachronisme; corps et société; pédagogie esthétique; critique d'art; Rosana Paulino.*

Introdução

A obra "Assentamento", de Rosana Paulino, destaca-se no campo educacional ao entrelaçar discussões sobre política e arte, abordando temas como memória, história e crítica social. Este trabalho tem como objetivo preparar os estudantes para questionar relatos de opressão, promovendo uma reflexão crítica sobre questões como racismo, identidade e temporalidade.

Antes de prosseguirmos com as reflexões, abrimos um parêntese para apresentar Paulino e sua obra, que será discutida neste texto. A relevância de "Assentamento" no contexto educacional se ancora na própria trajetória de Rosana Paulino, nascida em São Paulo em 1967, uma artista visual, pesquisadora e educadora cujo trabalho chama a atenção pela utilização da imagem impressa como um elemento central em sua prática artística, expandindo seu uso para múltiplas linguagens. Desde os anos 1990, suas obras abordam questões ainda pouco exploradas na cena artística brasileira, como gênero, identidade e a representação da população negra. Seu foco principal em "Assentamento" está na condição da mulher negra na sociedade brasileira, investigando as diversas formas de violência que esse grupo enfrenta, marcadas pelo racismo e pelas cicatrizes históricas deixadas pelo escravismo.

Na série "Assentamento", Paulino revisita práticas de classificação e desumanização racial, evocando fotografias pseudocientíficas do século XIX que respaldam a ideologia racial durante a expansão colonial europeia. Ao transformar essas imagens, ela expõe tanto o legado de sofrimento quanto a resistência da população negra no Brasil, além de sustentar que "imagens curam imagens" (Ortega, 2021).

Ao confrontar registros racialistas com a história e a memória negra, a artista não apenas denuncia as práticas de desumanização, mas também utiliza o anacronismo como recurso crítico, rompendo com os relatos históricos tradicionais. Dessa forma, inserir "Assentamento" no contexto educacional

possibilita gerar o fascínio inicial da arte e, como destaca Georges Didi-Huberman (2016), também incentivar uma apreciação crítica das implicações sociais e históricas da obra, formando estudantes mais conscientes e envolvidos com a causa da história e memória de mulheres negras.

A série “Assentamento” como espaço de reconstrução histórica

A série “Assentamento” (Fig. 1), criada por Rosana Paulino em 2013, utiliza fotografias históricas (Fig. 2) para questionar as representações raciais e a violência contra os corpos negros. Durante sua exposição realizada na Pinacoteca de São Paulo, realizada no museu vinculado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, Rosana Paulino (Reina, 2018) enfatiza um aspecto central de sua produção artística: a contestação das representações racistas historicamente perpetuadas. A artista reflete sobre o modo como, historicamente, a figura do negro foi associada à ideia de degeneração racial, de acordo com as teorias racistas da época. Em contraposição, sua obra propõe uma inversão dessas representações, reconhecendo-as como expressões de uma das múltiplas manifestações culturais e identitárias que configuram a pluriversalidade do Brasil. Por meio dessa abordagem, Paulino desafia concepções preconceituosas e propõe uma visão plural e inclusiva da sociedade brasileira.

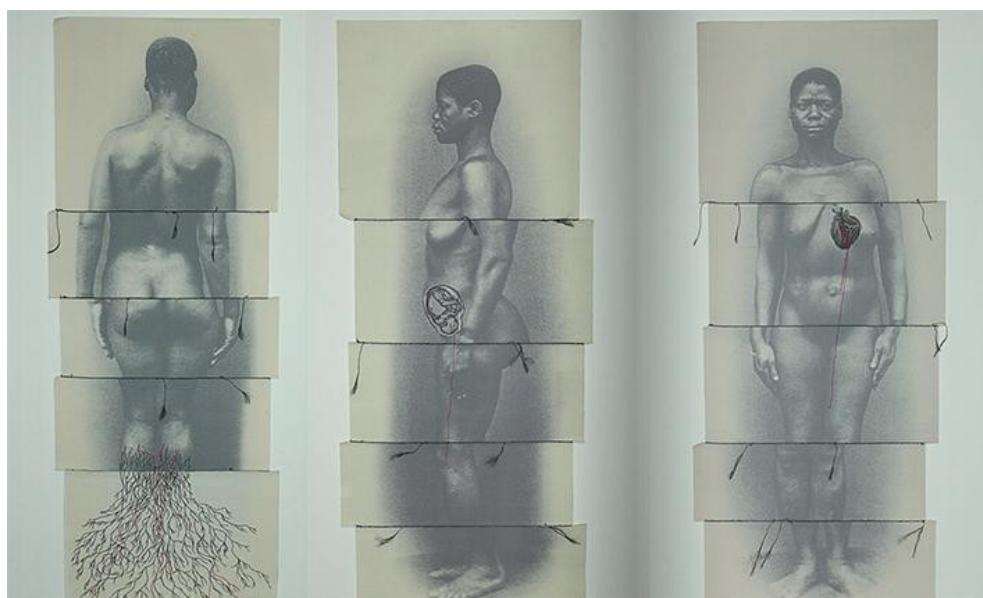


Figura. 1. Rosana Paulino, imagens impressas sober tecido, linóleo e costura pertencentes à instalação “Assentamento”, Museu de Arte Contemporânea de Americana, São Paulo, 2013. Fonte: página de Rosana Paulino.¹

Cunha, Camila; Almeida, Márcia. Apreciação crítico-pedagógica da obra “Assentamento”, de Rosana Paulino: o corpo da mulher negra em perspectiva.

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 15, n. 34, maio-ago. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.54767> >

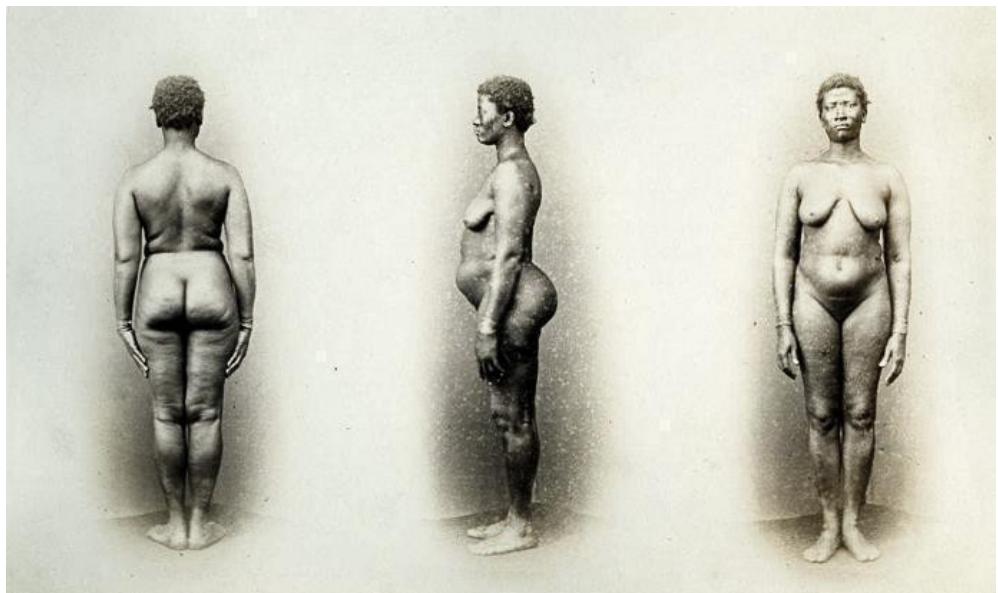


Figura 2. August Stahl, Negra de costas, perfil e frente, Rio de Janeiro, 1865. Peabody Museum of Archaeology and Ethnology, Harvard University. Fonte: Livros de fotografias.²

Conforme expressa Rosana Paulino (Reina, 2018), a artista demonstra desconforto ao analisar fotografias históricas que, embora apresentadas com pretensões científicas, estão intrinsecamente relacionadas ao projeto colonial. Essas imagens, ao explorarem corpos negros de forma abusiva, reiteram uma lógica opressora e desumanizadora que sustentam a expansão colonialista. Ela destaca como essas fotografias atuam como ferramentas de violência simbólica, legitimando as estruturas de poder responsáveis pela subjugação de povos africanos e seus descendentes.

Uma construção colonial/moderna

A noção de “raça” se consolidou como um dos mais eficazes instrumentos de dominação social ao longo dos últimos 500 anos. Emergindo com a formação das Américas e o avanço do capitalismo nos séculos XV e XVI, essa ideia foi globalmente disseminada durante o processo de colonização europeia (Quijano, 1992). Estabelecida como critério central de organização social, o conceito de “raça” estruturou identidades geoculturais e sociais em um mundo moldado pela expansão europeia (Quijano, 2005). Esse paradigma fortalece o eurocentrismo, influenciando a divisão do trabalho, os intercâmbios econômicos e consolidando hierarquias raciais que permanecem vigentes.

Cunha, Camila; Almeida, Márcia. Apreciação crítico-pedagógica da obra “Assentamento”, de Rosana Paulino: o corpo da mulher negra em perspectiva.

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 15, n. 34, maio-ago. 2025
ISSN: 2238-2046. Disponível em: < <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2025.54767> >

Nesse contexto, “raça” opera tanto como um mecanismo de dominação quanto como resultado da ordem colonial moderna. A colonialidade (Tonial; Maheirie; Garcia, 2017) revela a continuidade das lógicas coloniais mesmo após o término formal do colonialismo. As hierarquias de poder e as desigualdades culturais estabelecidas no período colonial continuam a moldar interações entre saberes, modos pluriversais de vida, Estados-Nação e coletividades humanas.

O racismo é uma das manifestações mais evidentes dessa colonialidade. No século XIX, buscou-se legitimá-lo como teoria científica, culminando no apoio ao projeto de dominação mundial promovido pelo nazismo. Com a derrota do nazismo após a Segunda Guerra Mundial, o racismo como ideologia foi amplamente deslegitimado, embora suas práticas tenham persistido e se disseminado globalmente.

Apesar dessa deslegitimização ideológica, a ideia de “raça” como característica inerente à natureza humana, com implicações sociais, permanece amplamente aceita, mesmo entre aqueles que se posicionam contra o racismo. Essa concepção, profundamente enraizada, sustenta-se em uma construção ideológica desprovida de base biológica. Trata-se de um produto histórico ligado aos processos de dominação do capitalismo colonial/moderno e eurocêntrico, que continua a influenciar as relações de poder e a percepção social (Hita, 2017).

Gênero, raça e corporeidade

A separação entre biologia e cultura, conforme apontado por Aníbal Quijano (2001, 2007), é resultado de uma perspectiva eurocêntrica, fortemente influenciada pelo pensamento cartesiano, que estabelece dualismos entre corpo e mente, dentre outros. Essa visão dicotômica, no entanto, tem sido progressivamente desafiada pela noção de corporeidade, que busca integrar esses aspectos (corpo e mente), superando a cisão tradicional e oferecendo uma perspectiva holística, alinhada a teorias contemporâneas que privilegiam uma compreensão integrada do ser humano.

Merleau-Ponty (1996), por meio de sua abordagem fenomenológica e do conceito de encarnação, contribui para essa reflexão ao considerar o corpo como um ponto de convergência que transcende os dualismos, incluindo corpo-alma e natureza-cultura. Esse entendimento encontra ressonância em teorias feministas, como as de Butler (2022), que problematizam as divisões tradicionais e questionam os fundamentos dessas categorizações.

A filósofa africana Oyèrónké Oyéwùmí (2021) amplia esse debate ao denunciar o determinismo biológico intrínseco ao pensamento ocidental, que naturaliza categorias sociais e as apresenta como imutáveis. Segundo Oyéwùmí, a construção da categoria “mulher” no Ocidente, baseada em características corporais específicas, exemplifica essa lógica reducionista. Dessa forma, sexo e gênero são frequentemente indistinguíveis, pois os corpos físicos são também corpos sociais, dificultando a separação entre biologia e construção cultural. Ao analisar sociedades como a Oyó-Iorubá pré-colonial, Oyéwùmí argumenta que a categorização ocidental de gênero não é aplicável, uma vez que ignora concepções culturais sobre poder e organização social. A filósofa sustenta que a noção de “mulher” é uma invenção ocidental, fundamentada em discursos filosóficos que separam corpo, mente e alma e vinculada a uma visão determinista da biologia.

Retomando a análise de Quijano (1992, 2005), essa lógica determinista também se manifesta na construção da ideia de “raça” no pensamento ocidental. A biologia foi historicamente utilizada para justificar diferenças de gênero, raça e classe, frequentemente associando essas diferenças a supostas inferioridades genéticas. A dimensão concreta dessa instrumentalização da biologia na construção da “raça” pode ser percebida na observação de Rosana Paulino (Reina, 2018) sobre fotografias coloniais que expunham corpos negros de forma abusiva, que mostra como esses registros reforçaram a desumanização e consolidaram estruturas de opressão. Assim, gênero, raça e corporeidade são interseccionados por construções históricas e sociais que refletem o legado do pensamento colonial e eurocêntrico, perpetuando desigualdades estruturais.

Corpos marcados

Sueli Carneiro (2023) investiga a desumanização contínua do corpo da mulher negra, evidenciada no controle reprodutivo e nas esterilizações forçadas no Brasil, perpetuando o racismo estrutural. Essa política de esterilização, além de desvalorizar a mulher negra, configura uma estratégia de

extermínio, pois impede a continuidade desse grupo racial, rejeitando a existência de pessoas negras e negando-lhes o direito à reprodução. Conforme destaca Oyérónké (2021), essas desigualdades foram justificadas com base em características físicas, como órgãos reprodutivos, tamanho do cérebro, formato do crânio ou cor da pele. Esse determinismo biológico fundamenta hierarquias sociais que naturalizam essas violências, ignorando as complexidades culturais e históricas das sociedades africanas e afrodescendentes.

Em diálogo com essa perspectiva, os debates feministas e de gênero trouxeram à tona a percepção de que o gênero é uma construção social, fundamentada em diferenças sexuais que legitimam relações patriarcais de dominação. Reflexões análogas sugerem que a "raça" também seja vista como uma construção mental, estabelecida a partir das diferenças de cor. Nesse contexto, o sexo está para o gênero assim como a cor está para a "raça": ambos são pontos de partida para a criação de hierarquias sociais (Hita, 2017). No entanto, ao contrário do gênero, que possui uma base biológica a partir da qual papéis sociais são construídos, a relação entre cor e "raça" é inteiramente uma construção social, o que historicamente facilitou o processo de escravização.

Para compreender a materialização dessas construções sociais, é fundamental analisar o contexto do sistema escravista, no qual a exploração sexual das mulheres negras, uma prática amplamente difundida, é intrinsecamente ligada ao processo de desumanização que sustentava esse regime. No sistema escravocrata, os senhores não viam os indivíduos escravizados como seres humanos, mas como propriedades ou animais. A inferioridade atribuída às mulheres negras e sua objetificação tornavam o abuso sexual uma extensão do poder escravocrata. Esses abusos representavam a materialização do controle total exercido pelos senhores sobre os corpos das mulheres negras, tratados como instrumentos de dominação e satisfação pessoal.

Fontes históricas (Boahen, 2010) apontam que as pessoas escravizadas eram mercantilizadas e submetidas a uma exploração física legitimada, sendo tratadas como objetos de compra e venda. Além disso, a retirada forçada das pessoas escravizadas de suas comunidades de origem aprofundou o processo de desumanização, ao privá-las de suas identidades culturais e sociais (Deus, 2016). Uma vez revendidas, continuavam a viver sob condições de exclusão e subordinação, constantemente definidas pela posição de inferioridade e sujeição.

Sueli Carneiro (2023) analisa os problemas relacionados à reprodução e à questão racial no Brasil, destacando como a alta taxa de esterilizações entre as mulheres brasileiras, especialmente negras, reflete o racismo estrutural nas políticas de saúde pública. Esse cenário expõe a desvalorização do corpo da mulher negra, que é alvo de negligência tanto em decisões médicas quanto nas ações governamentais. Essas práticas perpetuam o controle sobre a capacidade reprodutiva dessas mulheres, reforçando um ciclo histórico de marginalização e exclusão social. Assim, o corpo da mulher negra segue sendo objetificado e desumanizado por uma sociedade racista.

Arte e educação como resistência

A análise das obras de Paulino encontra eco na perspectiva de Didi-Huberman (2016) que defende a ideia de que as emoções não são passivas, ao contrário, possuem um caráter mobilizador – um potencial de ação e transformação. Ele afirma que a história da arte é, essencialmente, uma história das emoções figuradas.

Com o objetivo de dar novos sentidos a essas imagens, Paulino reproduz as fotografias em tamanho natural, impressas em tecido. Ela realiza cinco cortes diagonais nas imagens e, posteriormente, regrupa-as por meio de uma costura rústica, que simboliza suturas. As intervenções gráficas evocam um processo de cicatrização e enraizamento, funcionando como metáforas para o trauma vivido pelas pessoas sequestradas da África por escravistas. A artista explica que, ao reconstruir as imagens e realizar suturas nas fotografias, torna-se evidente que as partes não se alinham de forma exata, refletindo simbolicamente as marcas profundas e irrecuperáveis deixadas pelo escravismo (Pinto, 2024).

Outro aspecto relevante da obra de Paulino, de acordo com o artigo publicado em *Primeiro Negros* (Pinto, 2024), é o uso de materiais tradicionalmente vinculados ao universo feminino, como tecidos, costura e bordado, historicamente relegados a um status secundário na hierarquia artística. Em entrevista à revista *Bravo!* (Reina, 2018), a artista enfatizou a influência de sua mãe, bordadeira, em sua formação estética, revelando que a costura possui um valor afetivo para ela. Ao dar novos sentidos a esses elementos, Paulino desafia as normas convencionais da arte e subverte as práticas que marginalizam as expressões culturais femininas. Da mesma forma, bell hooks (2021) comenta que descobrir a própria voz vai além de simplesmente relatar vivências pessoais, e Paulino o faz

com propriedade em suas obras, transformando materiais considerados de menor prestígio em poderosas ferramentas de resistência e crítica social. Segundo Paulino (Pinto, 2024), a distinção entre arte e artesanato é típica de uma sociedade que não reconhece o trabalho do outro como criação intelectual, com valor cultural intrínseco.

A história da arte sempre foi marcada por uma perspectiva excludente, que desconsidera as contribuições de mulheres e artistas de grupos marginalizados, ao priorizar uma abordagem linear e canônica que enaltece apenas a produção de homens brancos ocidentais. Reinaldo Matias Fleuri (2003) demonstra que historicamente a educação, especialmente no contexto escolar, desempenha o papel de mediadora em relações desiguais de poder entre culturas, reforçando a dominação de uma cultura sobre outra. Essa mediação ocorre em várias esferas, como entre colonizadores e colonizados, entre Ocidente e Oriente, entre saber acadêmico e conhecimento popular, e entre a cultura oficial e as culturas locais. Fleuri (2003) critica essa postura ao argumentar que a escola desempenha um papel na manutenção de saberes hegemônicos, enquanto desvaloriza outras formas culturais, frequentemente vistas como inadequadas, inferiores ou pouco desenvolvidas.

Linda Nochlin (2016) complementa essa crítica ao dizer que, apesar das inúmeras barreiras impostas a mulheres brancas e pessoas negras, muitos ainda conseguem alcançar excelência em áreas historicamente dominadas por homens brancos, como a ciência, a política e as artes. Ao sublinhar os obstáculos enfrentados por esses grupos, ela evidencia como precisam lutar contra um sistema que tenta constantemente apagá-los ou desvalorizar suas contribuições.

A ideia de pluriversalidade, proposta por autores como Ramose (1999, 2010, 2011) e Nogueira (2012), enfatiza a coexistência de múltiplos modos de conhecimento e formas de compreender o mundo, rejeitando a noção de um único ponto de vista dominante. Em vez de um sistema centralizado que concentra poder e estabelece hierarquias, a lógica da pluriversalidade valoriza múltiplos centros de produção de saber, sem criar divisões rígidas entre centro e periferia.

O apagamento histórico de certas culturas e vozes não é acidental, mas resulta de uma estrutura sistemática que busca manter um cânone restrito. Enfrentar essas exclusões requer a reescrita das histórias da arte e da educação, incorporando perspectivas que incluam vozes marginalizadas e promovam uma reflexão crítica sobre como o poder molda o conhecimento e as práticas culturais.

Rupturas temporais

Na série “Assentamento”, Rosana Paulino utiliza o anacronismo como estratégia crítica e subversiva para confrontar a memória. Longe de ser apenas uma desconexão temporal, o anacronismo funciona como um instrumento de resistência que desafia discursos hegemônicos consolidados na historiografia ao longo dos séculos. Sob a perspectiva de Walter Benjamin (2000), essa abordagem exige uma postura que valorize a recuperação de memórias e conceitos silenciados pela história oficial. Esse resgate envolve não apenas trazer à tona fragmentos históricos negligenciados, mas também transformar a compreensão do passado para impactar o presente de forma ativa.

Especificamente em relação às fotografias de Agassiz, Paulino (Reina, 2018) destaca a relevância de uma análise que vá além da simples recuperação das imagens, buscando desvendar as camadas históricas, ideológicas e discursivas que as sustentam. Esse exame crítico não só confronta os significados previamente atribuídos, como também propicia novas possibilidades de percepção, ampliando as formas de contemplar e experienciar as imagens em seu contexto histórico e cultural.

Essa ruptura com a linearidade histórica tradicional, central no trabalho de Paulino, se manifesta em “Assentamento” pela incorporação de elementos litúrgicos e rituais afro-brasileiros, ampliando a profundidade simbólica da obra, como apontado por Cunha (2021). A integração desses elementos transcende a mera representação plástica, evocando raízes culturais de resistência e ancestralidade e instigando reflexões críticas sobre memória coletiva, cultura e história.

A abordagem de Paulino encontra ressonância na teoria de Didi-Huberman (2017), que concebe “novos objetos originários” como forma de romper com a percepção linear e progressiva da arte. Ao revisitá-la história da arte para desconstruir conhecimentos que sustentam estruturas de poder, a produção de Paulino reposiciona experiências marginalizadas, como as vivências de mulheres

negras e a diáspora africana no Brasil. Suas obras não apenas resgatam histórias esquecidas, mas atuam como agentes transformadores, reformulando as discussões identitárias e culturais, com implicações para o presente e o futuro.

Interseccionalidade e transformação pedagógica

Sueli Carneiro (2023) salienta que a cultura negra, em suas múltiplas expressões, constitui um patrimônio coletivo dos povos negros, resultante de uma história compartilhada de escravização e opressão racial. Esse patrimônio é inseparável das lutas e resistências da diáspora negra por emancipação e autonomia, evidenciando a importância de valorizar as manifestações culturais como instrumentos fundamentais de afirmação identitária e resistência política. Nesse sentido, a cultura negra transcende a simples expressão artística; ela reflete a sobrevivência de uma coletividade que se insurge contra as estruturas de dominação racial, reafirmando sua agência na construção de novas informações sociais e culturais.

Lourenço Cardoso (2022) aprofunda essa reflexão ao argumentar que as reivindicações de ancestralidade por grupos não brancos são, em essência, estratégias políticas para combater as desigualdades sociais geradas pelo racismo. Essas ancestralidades servem como pontes entre o passado e o presente, criando um fio condutor que conecta as lutas contemporâneas aos legados históricos de resistência. bell hooks (2021), por sua vez, enfatiza a importância de trazer essas histórias para o espaço educacional, reforçando o papel fundamental da memória coletiva nas práticas pedagógicas transformadoras. Para hooks, a educação não pode se limitar à transmissão de conhecimento descontextualizado; ela deve ser um processo vivo que valoriza as experiências culturais e históricas de grupos marginalizados, criando espaços de empoderamento e conscientização.

Walter Benjamin (2000) complementa essa visão ao afirmar que os objetos históricos, longe de pertencerem a um passado encerrado, sobrevivem como receptáculos de memórias, carregando consigo as marcas de experiências e vivências que ainda influenciam o presente. Para ele, a história não é linear nem estática; é um campo dinâmico e em constante transformação, no qual os vestígios do passado encontram ressonância nas lutas do presente, configurando-se como matéria viva e ativa do tempo histórico.

É nesse contexto que “Assentamento”, obra de Rosana Paulino, emerge, refletindo os intensos debates sobre o racismo estrutural no Brasil e o crescente protagonismo das mulheres negras nas artes e na cultura. A teoria da interseccionalidade, proposta por Kimberlé Crenshaw (2002), torna-se central para entendermos o impacto da obra de Paulino, ao expor como as discriminações de “raça” e gênero se entrelaçam, criando formas específicas de opressão para mulheres negras. A interseção entre essas duas dimensões de identidade revela desigualdades complexas que não podem ser compreendidas separadamente, mas sim como sobreposições que reforçam as vulnerabilidades sociais e políticas desses grupos.

Nesse cenário, a educação transformadora deve ser fundamentada em um ambiente democrático, onde todos os indivíduos se sintam parte ativa na construção de um saber plural e inclusivo. A obra de Paulino, ao desafiar e subverter os relatos históricos opressores, alinha-se a uma pedagogia crítica que busca desconstruir a “Narrativa Mestra da Branquitude”, como definido por Ana Amélia de Paula Larbone (2017, p. 91). Esses discursos, produzidos durante o período da expansão colonial europeia, legitimam a ideia da superioridade branca e perpetuam estruturas de dominação racial que ainda persistem nas sociedades contemporâneas.

A pedagogia crítica tem o papel de desconstruir esses relatos hegemônicos, oferecendo uma reconfiguração das construções históricas e abrindo espaço para as memórias e experiências marginalizadas. Rosana Paulino (Ortega, 2021) incorpora, em seu trabalho artístico, arquétipos femininos profundamente conectados à natureza e à ancestralidade, refletindo sobre o sentido de ser humano em um contexto marcado por questões de “raça” e gênero. Sua experiência como mulher negra permeia sua produção artística, destacando a forma como essas identidades interseccionais moldam vivências únicas de discriminação e resistência.

Essa abordagem é sustentada pela teoria da interseccionalidade, conforme discutida por Patricia Collins e Sırma Bilge (2021), que afirmam que as opressões relacionadas à “raça”, gênero e classe estão profundamente entrelaçadas. Collins e Bilge (2021) argumentam que essas categorias de opressão não devem ser analisadas de forma isolada, pois se reforçam mutuamente, criando realidades distintas de exclusão e violência para as mulheres negras. A complexidade dessas interse-

ções evidencia que o racismo e o sexism se manifestam de maneiras diferentes, dependendo das particularidades de “raça” e gênero, e, portanto, precisam ser compreendidos de maneira integrada para que possamos avançar em direção a uma sociedade mais justa e igualitária.

O afrofeminismo como resposta às opressões interseccionais

O afrofeminismo, inspirado pela luta dos anos 1970 nos Estados Unidos sob a bandeira do *Black Feminism* (feminismo negro), com Angela Davis como figura emblemática, reflete uma abordagem interseccional que busca dar voz às experiências únicas de mulheres negras. Davis, reconhecida por seu ativismo pelos direitos humanos, feminismo e ideologia comunista, tornou-se uma das vozes proeminentes deste movimento.

Tal movimento discute questões específicas relacionadas à história da diáspora africana na Europa, especialmente no contexto do legado colonial. Muitas mulheres negras sentiram a necessidade de adotar estratégias diferenciadas das feministas brancas, destacando o conceito de “carga racial”³, entendido como o impacto singular do racismo sobre mulheres não brancas. Esse conceito, teorizado por pensadores afrodescendentes como Frantz Fanon (1952), refere-se à tendência de indivíduos não brancos se enxergarem constantemente sob a perspectiva da maioria branca. Paralelamente, o conceito de “carga mental”⁴ é utilizado para descrever as pressões impostas pelas normas patriarcais nas relações familiares e na vida cotidiana.

Dibonbo (2024) salienta a relevância dos sentimentos e das emoções no pensamento antirracista, destacando como a introspecção e a empatia são essenciais para compreender profundamente o impacto dessas “cargas”. Assim, o afrofeminismo não apenas denuncia estruturas de opressão, mas também valoriza a humanidade e as relações interpessoais como elementos centrais na luta contra o racismo e o patriarcado.

O afrofeminismo fundamenta-se no conceito de interseccionalidade, que examina como diferentes formas de opressão – raça, gênero e classe social – se entrelaçam e modelam as experiências de discriminação vivenciadas por mulheres negras. A partir dessa perspectiva, torna-se essencial compreender as múltiplas dimensões das desigualdades, revelando a complexidade das estruturas de poder que afetam essas mulheres de maneira única.

Gloria Anzaldúa (2020) contribui para esse debate ao questionar as hierarquias eurocêntricas que desvalorizam os conhecimentos não ocidentais. Anzaldúa propõe uma forma de saber que emerge da experiência vivida e dos afetos, contrastando com a objetividade científica tradicional. Ao valorizar o conhecimento visceral e íntimo, ela rompe com a monoculturalidade acadêmica, permitindo que vozes historicamente marginalizadas ofereçam novas formas de interpretar o mundo.

Rita Segato (2021) complementa essa análise ao expandir o entendimento sobre o racismo, definindo-o como um fenômeno epistêmico. Para Segato, o racismo não se restringe à discriminação física e visível, mas abrange a sistemática desvalorização dos saberes produzidos por povos colonizados. Esse “racismo epistêmico” desqualifica os sistemas de conhecimento, crenças e capacidades intelectuais dessas populações, perpetuando uma visão de mundo eurocêntrica que marginaliza culturas e histórias que fogem ao padrão ocidental dominante.

Além disso, Segato (2021) ressalta que os conhecimentos e memórias marginalizados não estão completamente extintos. Eles continuam a ser revitalizados e recontextualizados por artistas e intelectuais contemporâneos, como Rosana Paulino. Por meio desse processo, as histórias e memórias silenciadas são restauradas, criando uma continuidade entre o passado e o presente, o que sustenta os movimentos de resistência cultural e afirmação identitária.

Nesse sentido, Paulino (2019) também destaca a importância das produções artísticas vindas de circuitos alternativos, enfatizando seu potencial transformador ao influenciar positivamente esferas mais conservadoras da arte. Essa transformação se torna especialmente significativa no contexto dos museus, instituições que, historicamente, serviram como espaços de preservação de histórias elitistas. No entanto, como locais educativos e culturais, os museus têm a oportunidade de se reconfigurarem como espaços inclusivos e dinâmicos, capazes de democratizar o acesso à arte e promover a diversidade.

Espaços institucionais contra hegemônicos

Maria Isabel Leite e Amalhene Baesso Reddig (2007) reforçam essa visão, sugerindo que os museus podem se transformar em lugares de encontro e troca entre gerações, onde memórias, culturas e identidades são constantemente revisitadas e reconstruídas. Assim, os museus devem ser

compreendidos não apenas como repositórios de objetos culturais, mas como espaços que refletem a relação humana com o tempo e o espaço, proporcionando oportunidades para novas reflexões e experiências. Ao abrigarem produções artísticas que desafiam o *status quo*, os museus desempenham um papel crucial na transformação das perspectivas históricas e culturais, conectando passado, presente e futuro de maneiras que fomentam inclusão e enriquecem o imaginário social.

Françoise Vergès (2020) propõe uma visão crítica sobre os museus ocidentais, argumentando que uma “descolonização completa” dessas instituições é inviável, pois refletem as hierarquias de poder ainda presentes na sociedade. Para ela, esses locais são marcados por crimes históricos, como o saque de objetos culturais, muitos dos quais pertencem a comunidades que desconhecem a presença de suas heranças nos museus. Apesar disso, ela defende que os museus têm a responsabilidade de reparar os danos causados por práticas coloniais.

Vergès (2020) também critica o mercado da arte, que opera como um espaço de especulação, elevando o valor de obras africanas a níveis inatingíveis para as próprias comunidades de origem. Ela sugere que o museu deve desempenhar um papel educacional, promovendo o entendimento sobre o funcionamento do mundo e dando espaço para múltiplas perspectivas. O “pós-museu” que ela propõe se distancia do modelo capitalista atual, conectando-se mais profundamente à realidade cotidiana antes de abordar a arte em si. Esse novo modelo de museu deve despertar a curiosidade e o desejo de aprendizado, em vez de encorajar a simples admiração passiva.

Vergès argumenta que já existe um conhecimento vasto sobre temas como colonização, escravidão e opressão das mulheres, permitindo-nos reconhecer as limitações dos museus ocidentais. Ela recomenda a criação de alternativas museológicas que atendam às especificidades de cada contexto, aconselhando que essas instituições se tornem espaços de conscientização e transformação social.

Assim como Freire (1996) enxerga a educação como um processo de humanização e autonomia, o “pós-museu” de Vergès (2020) também se configura como um ambiente que incentiva a ação política e social. Ao estimular o diálogo entre diferentes culturas e entre o passado e o presente, o museu ultrapassa a mera contemplação da arte, tornando-se um espaço de aprendizagem crítica que inspira mudanças concretas na sociedade. Tanto a proposta de Vergès (2020) quanto a peda-

gogia de Freire (1996) convergem na ideia de que a educação, seja no museu ou na sala de aula, deve ser uma ferramenta de transformação social, centrada na valorização da diversidade e no combate às opressões estruturais.

Considerações finais

O uso de “Assentamento” em sala de aula, fundamentado nas abordagens teóricas mencionadas, possibilita aos estudantes uma investigação aprofundada das diversas camadas de apreciação da obra, promovendo uma elaboração crítica de sua relação com as condições sociais e históricas. Esse processo vai além de um estudo plástico, permitindo que os alunos reflitam sobre como as imagens podem ser apropriadas enquanto dispositivos de crítica e transformação social. Ao integrar o ensino das artes visuais com discussões sobre memória, identidade e poder, essa metodologia fomenta uma formação crítica mais robusta, contextualizando a produção artística em relação às dinâmicas de dominação e resistência.

Um aspecto importante que pode ser aprofundado nesse diálogo é a exploração do corpo da mulher negra, historicamente objetificado e marginalizado tanto na arte quanto nas estruturas sociais. A interseção entre gênero, raça e classe revela como esse corpo tem sido explorado tanto como objeto de consumo estético como para opressão social. Assim, a obra de arte pode ser um ponto de partida para discutir as violências simbólicas e reais que atravessam esses corpos, ao mesmo tempo em que evidencia suas resistências e formas de agência.

Nesse sentido, as práticas pedagógicas que promovem o diálogo entre arte e questões sociais oferecem uma oportunidade valiosa para os estudantes refletirem sobre as condições históricas e culturais que moldam a produção artística. Ao trazer à tona a exploração do corpo da mulher negra, essas discussões permitem uma análise crítica das representações visuais que perpetuam desigualdades e estereótipos, simultaneamente destacando a importância de histórias contrahegemônicas no campo das artes.

Pesquisas futuras podem expandir essas conexões, investigando outras obras, artistas e teorias, e integrando ainda mais perspectivas interseccionais e decoloniais ao currículo. Esse enfoque contribuirá para a construção de um ambiente educacional que não apenas valorize a pluriversalidade e

o diálogo crítico, mas que também promova a conscientização sobre as estruturas de poder que influenciam a vida social. Ao aprofundar essa abordagem, o ensino de artes visuais pode se tornar um espaço transformador, capaz de fortalecer a autonomia e o desenvolvimento crítico dos estudantes, enquanto desafia as informações de exclusão e opressão.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 23 set. 2024.
- BENJAMIN, Walter. **Œuvres I**. Traduzido do alemão por Maurice de Gandillac, Rainer Rochlitz e Pierre Rush. Paris: Gallimard, 2000.
- BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- BUTLER, Judith. **La vie psychique du pouvoir**: L'assujettissement en théories. Tradução de Brice Matthieussent. Paris: Amsterdam, 2022.
- CARDOSO, Lourenço. A branquitude acadêmica, a invisibilização da produção científica negra, a autoproteção branca, o pesquisador branco e o objetivo-fim. **Educação**, v. 47, n. 1, p. e72/1-24, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/62742>. Acesso em: 17 ago. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jun. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 set. 2024.
- CUNHA, Eneida Leal. Corpo, afeto, rasura: apropriações da adversidade. **Revista Z Cultural**, v. 1, p. 3, 2021. Disponível em: <https://revistazcultural.pacc.ufrj.br/corpo-afeto-rasura-apropiacoess-da-adversidade/>. Acesso em: 23 set. 2024.
- DEUS, Zélia Amador de. Espaços africanizados do Brasil: algumas referências de resistência, sobrevivências e reinvenções. **Tempo – Técnica – Território**, v. 3, n. 2, 2016.
- DIBONDO, Douce. **La charge raciale** : Vertige d'un silence écrasant. Paris: Fayard, 2024.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Que emoção! Que emoção?** São Paulo: Editora 34, 2016.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Diante do tempo**: história da arte e anacronismo das imagens. Tradução de Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris: Seuil, 1952.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, p. 16-35, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SvJ7yB6GvRhMgcZQW7WDHsx/?format=pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERALDO, Sheila Cabo. A história da arte, a memória, o trauma. In: XXXVII COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 37., 2017, Salvador. **Anais** [...]: História da Arte em Transe. Salvador: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2018. v. 1, p. 65-75.

HITA, Maria Gabriela (org.). **Raça, racismo e genética em debates científicos e controvérsias sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2021.

LARBONE, Ana Amélia de Paula. Branquitude, colonialismo e poder: a produção do conhecimento acadêmico no contexto brasileiro. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017. p. 91-105.

LEITE, Maria Isabel; REDDIG, Amalhene Baesso. O lugar da infância nos museus. **MUSAS**: Revista Brasileira de Museus e Museologia, n. 3, p. 32-41, 2007. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2011/01/Musas3.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOCHLIN, Linda. **Porque não houve grandes mulheres artistas?** In: AYERBE, Julia (ed.). Tradução de Juliana Vacaro. 2. ed. rev. São Paulo: Edições Aurora, 2016. Disponível em: <http://www.edicoesaurora.com/ensaios/Ensaio6.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 18, p. 62-73, out. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/resafe/article/view/4523>. Acesso em: 23 ago. 2024.

ORTEGA, Anna. "Somos muito ingênuos em relação ao poder da imagen", afirma Rosana Paulina. **UFRGS Jornal da Universidade**, 24 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/somos-muito-ingenuos-em-relacao-ao-poder-da-imagem-afirma-rosana-paulino/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PINTO, Tânia Regina. Rosana Paulino e a arte de humanizar mulheres negras. **Primeiros Negros**, 24 abr. 2024. Disponível em: <https://primeirosnegros.com/rosana-paulino-e-a-arte-de-humanizar-mulheres-negras/>. Acesso em: 17 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. "Raza", "Etnia", "Nación", cuestiones abiertas. In: FORGUES, Roland. (éd.). **José Carlos Mariátegui y Europa**: El otro aspecto del descubrimiento. Lima: Amauta, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. **Trayectorias**, v. 4, n. 7/8, p. 58-89, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 23 set. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (éd.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 201-246.

QUIJANO, Aníbal. Questioning 'Race'. **Socialism and Democracy**, v. 21, n. 1, p. 45-53, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/9781478059356-005>. Acesso em: 17 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Lima: UNMSM, 2020. p. 839-859. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/15657/1/Antologia-esencial-Anibal-Quijano.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2025.

QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a Concept or the Americas in the Modern World System. **International Journal of Social Sciences**, n. 134. Paris: Unesco, 1992.

RAMOSE, Magobe. **African Philosophy Through Ubuntu**. Harare: Mond Books, 1999.

RAMOSE, Magobe. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 175-220.

RAMOSE, Magobe. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Tradução de Dirce Eleonora Nigo Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. **Ensaios Filosóficos**, v. 4, p. 6-23, out. 2011.

REINA, Andrei. Rosana Paulino e a sutura da arte no tecido social brasileiro. **Bravo!**, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://medium.com/revista-bravo/rosana-paulino-e-a-sutura-da-arte-no-tecido-social-brasileiro-9bdb7f744b4e>. Acesso em: 17 ago. 2025.

ROSANA PAULINO [site]. 2024. Disponível em: <https://www.rosanapaulino.com.br>. Acesso em ago. 2024.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

TEIXEIRA, Marina Dias. Ser artista negra: o olhar de Rosana Paulino sobre passado, presente e futuro. **SP-Arte**, São Paulo, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://www.sp-arte.com/editorial/ser-artista-negra-o-olhar-de-rosana-paulino-sobre-passado-presente-e-futuro/>. Acesso em ago. 2024.

TONIAL, Felipe Augusto Leques; MAHEIRIE, Kátia; GARCIA Jr., Carlos Alberto Severo. A resistência à colonialidade: definições e fronteiras. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 16, n. 1, p. 18-26, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442017000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 dez. 2024.

VERGÈS, Françoise. Françoise Vergès: "o museu ocidental se baseia numa narrativa de desapropriação". [Entrevista concedida a] Sandra Cureau. **Museu Contemporâneo**, 22 set. 2020. Disponível em: <https://museucontemporaneo.com.br/francoise-verges-o-museu-ocidental-se-baseia-numa-narrativa-de-desapropriacao/>. Acesso em: 17 ago. 2025.



Este trabalho está disponível sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

NOTAS

1 Disponível em: <https://www.rosanapaulino.com.br/blank-5>. Acesso em: 17 ago. 2025.

2 Disponível em: <https://livrosdefotografia.org/artigos/24169/fotografia-tipos-raciais-e-antropologia>. Acesso em: 17 ago. 2025.

3 O termo “carga racial” descreve o peso psicológico e emocional imposto pelo racismo sistêmico, que afeta diretamente a percepção de si e as interações sociais das minorias raciais.

4 “Carga mental” refere-se ao esforço invisível e contínuo de gerenciar responsabilidades emocionais e domésticas, frequentemente atribuído às mulheres dentro de contextos patriarcas.